

# **INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

## **DESTAQUES IPADES**

**Janeiro 2018**

### **GEPOLÍTICA E AGRONEGÓCIO**

Dois acontecimentos da segunda metade do século passado - o avanço e a qualificação da pesquisa agropecuária e a globalização – foram fundamentais para que o Brasil se tornasse, de forma rápida, uma potência mundial em alimentos, fibras e biomassa, com liderança na produção e na exportação em diversas cadeias produtivas.

Todavia, tomando-se emprestada uma expressão comumente usada no próprio campo, o mundo político fora da porteira fica cada vez mais complexo. Nesse novo contexto, as considerações habituais sobre os ambientes econômico e comercial terão que ser acrescida de cenários e riscos geopolíticos às decisões estratégicas do agronegócio. É a opinião de Sarah Theurich, diretora associada para América Latina da GeoEconômica.

Isto porque a geopolítica mostra como mudanças nas relações de poder internacionais afetam determinadas regiões do mundo. Exemplo, o agronegócio brasileiro tem na Ásia um destino importante das suas exportações. O que acontece com a China e sua inserção regional, com a maior competição entre EUA e China, ou mesmo com a Coreia do Norte, afeta decisivamente o ambiente de negócio do agro naquela região.

Ao mesmo tempo, o Brasil está no circuito dos investimentos estrangeiros diretos para infraestrutura e logística, tanto para o suprimento de insumos como para a exportação da produção agropecuária. Esses investidores também procuram se informar a respeito dos riscos políticos no Brasil e os riscos geopolíticos da América do Sul para decidir estratégias de investimentos.

Isso tem a ver com dois cenários: um externo e outro interno. No primeiro, ocorre a desconcentração do poder mundial iniciado há mais de duas décadas e ainda em curso. O sistema internacional contemporâneo deixou a unipolaridade do pós-Guerra

Fria centrada no poder indiscutível dos EUA. A crise financeira de 2008 abriu espaço para a intensificação das relações EUA e China, com momentos de cooperação e competição entre eles. Isso poderá definir novas dinâmicas do sistema internacional nos próximos anos, com consequências importantes para o Brasil e a América Latina.

No plano geral afetará o ambiente estratégico do comércio e dos investimentos agropecuários em função do rumo a ser dado nessa evolução da configuração do poder internacional. Há incertezas geopolíticas ao longo da Eurásia – da Europa ao oriente Médio e Ásia – cujos mercados são expressivos no agronegócio.

No plano interno, a guinada ideológica do governo federal, a partir de 2003, a nova matriz econômica adotada após a crise de 2008 no cenário econômico mundial, e a crescente presença do estado na economia com os governos de Dilma Russeff criaram um amplo ambiente de incertezas na economia. Além de que, o ambiente de insegurança por invasões de propriedades e depredações centros de pesquisa afetaram o ânimo dos investidores.

Completando este cenário, o jornalista econômico do *Financial Times*, Martin Wolf fez uma observação interessante de que “a economia mundial ainda não está se desglobalizando, mas não está mais se globalizando”. A política do “American First” e, em particular, o recuo dos EUA em relação à Parceria Transpacífica (TPP), assim como o *Brexit* na Inglaterra, são certamente sinais de certo receio no Ocidente em relação à globalização.

Segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), entre 1950 e 2008 a expansão do comércio global foi o triplo do aumento do PIB mundial. Mas, a partir de 2011, com taxas convergentes, o incremento do comércio ficou abaixo do registrado pelo PIB mundial em 2016. Essa desaceleração econômica e do comércio global pode descortinar tensões políticas antes matizadas por interesses e fluxos econômicos.

## **ECONOMIA BRASILEIRA: SINAIS DE RETOMADA DO CRESCIMENTO**

Desde 2014, a economia brasileira tem atravessado a sua mais pronunciada e prolongada recessão desde a década de 1930. Isso foi resultado dos excessos praticados ao longo do segundo governo Lula e nos dois governos Dilma, ao tentarem implantar uma política econômica com viés ideológico, como resposta a crise norte-americana de 2008, através de uma política fiscal de forte ampliação dos gastos

públicos e, do lado monetário, com o Banco Central (BACEN) tolerando patamares de inflação cada vez mais elevados.

O esgotamento desse modelo de crescimento baseado em moeda forte, expansão do crédito e aumento dos gastos públicos deu-se em fins de 2014, quando ficou evidente o grau de desajuste que a economia brasileira enfrentava em múltiplas dimensões.

Desde então, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro tem caído sistematicamente, como reflexo do esgotamento da capacidade de endividamento das famílias e das empresas e da necessidade de um ajuste fiscal e da correção da política monetária para fazer frente ao quadro de descontrole inflacionário prevalecente até meados de 2016.

O nocaute econômico a que o país foi levado mostrou-se muito mais prolongado do que o previsto ante a extensão do dano fiscal e a necessidade de ajuste do setor privado para reduzir o seu grau de endividamento relativo. Previsões de crescimento em 2016 e 2017 foram sistematicamente revistas para baixo por conta dos desalentadores sinais que a economia emitia.

No entanto, ao que tudo indica, a economia brasileira iniciou o seu processo de retomada do crescimento ao longo de 2017, ainda que em bases moderadas. Os sinais emitidos pelos indicadores econômicos – retomada tímida do emprego, melhora no gasto das famílias, leve crescimento da indústria, e do bom crescimento da agropecuária – têm permitido vislumbrar um quadro menos sombrio para o ano de 2018.

Fator, também importante a ser observado, é que o comportamento da economia permanece relativamente descolado das turbulências políticas que o país enfrenta, embora as reformas tenham se inviabilizado após maio de 2017, quando ocorreram as denúncias contra o presidente Temer.

Mesmo assim, tudo indica que a economia brasileira está retornando vagarosamente para os eixos. No entanto, diferentemente do que foi verificado em ciclos anteriores, em que a recuperação era rápida e robusta, tudo indica que a retomada do crescimento no Brasil será lenta e vagarosa. E mais, dependerá do encaminhamento e resultado das eleições deste ano, ou seja, se os eleitores entenderem que o país deve continuar com uma política econômica de ajuste buscando os fundamentos sólidos da economia, ou o caminho fácil e minado do populismo.

## **AQUICULTURA E PESCA FRONTEIRA PROMISSORA E NECESSÁRIA DE ALIMENTOS**

A aquicultura, como sistema de produção de proteína animal, tem uma grande vantagem em relação à pecuária devido ao seu menor custo por unidade produzida. A pesca, como sistema extrativo, tem seu limite em função do crescimento da demandada. Ambas as atividades precisam funcionar com sustentabilidade.

O Brasil é o país com um dos maiores potenciais do mundo na produção de pescados. Tem a maior reserva de água doce do mundo, cinco milhões de hectares de lâmina d'água represados, uma costa marítima de 8,4 mil quilômetros de extensão, espécies nobres, clima favorável, matéria-prima abundante para formulação de rações, e uma unidade de pesquisa a Embrapa Pesca e Aquicultura, criada em 2009 e sediada em Palmas (TO), além de outros inúmeros centros de pesquisa, no país, que trabalham esse tema.

Segundo a Organização das nações Unidas para alimentação e Agricultura (FAO), o Brasil tem condições de produzir 20 milhões de toneladas de pescado/ano. Hoje, produz 1,4 milhão de toneladas. No lado da demanda mundial, por essa proteína animal, há um crescimento de forma consistente. Passou de 9,9 kg/habitante/ano, na década de 1960, para 14,4 kg/habitante/ano, na década de 1990, e 20,0 kg/habitante/ano, em 2014. As projeções da FAO para 2025 indicam um consumo médio de 21,8 kg/habitante /ano, o que representa uma demanda adicional de mais 31 milhões de toneladas de pescado por ano.

O consumo brasileiro segue a mesma tendência: subiu de 6,55kg/habitante/ano, em 2005, para 10,57kg/habitante/ano, em 2015, segundo o Ministério da Agricultura (MAPA). Este crescimento levou o país a ter déficit crescente na balança comercial de pescados chegando a US\$ 915 milhões em 2016. A FAO coloca o Brasil como um dos países com maior potencial de crescimento do consumo para a próxima década.

Ao mesmo tempo, a aquicultura vem crescendo ao longo das últimas décadas e seguirá crescendo no próximo decênio. Estimativa da FAO projeta um aumento dos atuais 166 milhões de toneladas/ano para 196 milhões de toneladas/ano na próxima década. Para o Brasil, a estimativa é de um crescimento de 104% no volume da aquicultura no mesmo período, superando dois milhões de toneladas/ano.

Esse cenário tem movimentado os investimentos para esse setor no Brasil por empresas nacionais e internacionais, inclusive na Amazônia, onde se destacam os investimentos em Mato Grosso, Acre e Rondônia.

Porém, é urgente que o país crie um ambiente mais adequado para o desenvolvimento dessa atividade, superando entraves relacionados ao marco legal, carga tributária, investimento em pesquisa, acesso ao crédito, assistência técnica e capacitação para gestão profissional dos negócios. São incentivos à produção e à segurança jurídica que transformarão o Brasil num grande produtor mundial de pescados, e mais, fazendo com que essa atividade dê sua contribuição ao desenvolvimento nacional.

### **ÁRVORES E EMISSÃO DE METANO NA AMAZÔNIA**

As árvores situadas em áreas alagáveis na Amazônia (várzea e igapó) emitem por ano mais de 20 milhões de toneladas de gás metano (CH<sub>4</sub>), o equivalente ao que é emanado por todos os oceanos juntos, estudo publicado na revista *Nature* de 04/12/2017.

A conclusão é de um grupo de pesquisadores ingleses e brasileiros, entre eles a bióloga Luana Basso, do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), e a química Luciana Vanni Gatti, do Laboratório de Gases de Efeito Estufa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O metano absorve até 23 vezes mais calor do que o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), sendo, por isso, um dos três principais gases de efeito estufa. Segundo o grupo, apesar de ser um processo natural da floresta, a quantidade de metano emitida por essas árvores impressiona e, somada à emissão de outras fontes naturais, de proveniente de rebanhos e da queima de biomassa na região, pode ter impactos significativos.

O grupo analisou os índices de emissão de metano de 2.300 árvores em regiões adjacentes aos rios Negro, Solimões, Amazonas e Tapajós entre 2013 e 2014. Instalaram pequenas câmaras em volta dos troncos para coletar o ar e, assim, determinaram a quantidade de CH<sub>4</sub> emitida pelas árvores.

No estudo publicado agora na *Nature*, os pesquisadores explicam que as árvores funcionam como chaminés, canalizando o metano do solo submerso por meio dos troncos e liberando-o para a atmosfera. “Isso faz das árvores em regiões alagáveis uma das principais fontes emissoras de metano da Amazônia”, explica Luana Basso, que atualmente é professora da Universidade Paulista (Unip), em São Paulo.

Durante a estação seca, entre junho e novembro, as áreas antes alagadas são invadidas por ervas e gramíneas. Na estação chuvosa, entre novembro e abril, as águas voltam a subir e essa vegetação fica submersa. A vegetação no fundo morre, produzindo metano ao se decompor. “O metano é gerado quando uma substância orgânica se decompõe sem oxigênio” explica Luciana Gatti. Desse modo, as ervas, gramíneas, folhas e galhos nas áreas alagada emitem o gás metano em abundância por meio das árvores. “Mesmo sendo um processo natural da floresta, é importante conhecer a dinâmica de produção desse e outros gases de efeito estufa para que possamos prever como a floresta se comportará em diferentes cenários de mudanças climáticas”, destaca a química.